

Perspetiva da História da

FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA

ANA MARIA F. FREITAS VIEIRA, Sócia n.º 378

www.spm-ram.org

Este livro foi produzido pela direção do triénio 2015-2018 pela altura das comemorações **SPM - 40 Anos, Sindicalismo Vivo e Atuante**



Termo de abertura

Destina-se a presente a nela serem feitas as assinaturas de presenças à sessão da Assembleia Geral Constituinte do Sindicato dos Professores - Zona da Mata. Lerá na última folha o competente termo de encerramento.

Funchal, 12 de Março de 1978.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

Armando Guilherme Fernandes Moraes

Inscrição dos sócios presentes à sessão da Assembleia Constituinte de 12 de Março de 1978

N.º de ordem

Assinaturas:

- 1 Gabriel Clara de Gouveia
- 2 Teresa da Conceição dos Reis
- 3 Virgínia da Conceição Martins de N. Gouveia
- 4 ~~Luís~~ ~~Francisco~~ da Costa
- 5 António Daniel Torres Jor.
- 6 Manuel Francisco da Costa
- 7 Maria Elisa de Trama Braga
- 8 Gilda Maria Gonçalves
- 9 Maria Janda de Freitas Faria
- 10 Dolores de Abreu.
- 11 Maria Rosete de Gouveia Farinha
- 12 Maria Odete Alves de Freitas

O objetivo do estudo que apresentamos não é escrever a história do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) nestes seus quarenta anos de vida e de luta pelas causas da educação, pela defesa dos direitos da classe docente, uma vida feita de batalhas e de muitas vitórias. Pretendemos tão só lançar um olhar sobre o desenrolar do processo de construção do SPM a partir das publicações do mesmo na Imprensa Regional (Jornal da Madeira e Diário de Notícias), desde a primeira convocatória de professores do «Ensino Primário», em 12 de maio de mil novecentos e setenta e quatro, até àquelas que convidam os professores de todos os graus de ensino para a formalização da constituição do seu Sindicato e ratificação dos seus Estatutos, em doze de março de mil novecentos e setenta e oito. Acompanhamos o seu percurso desde os primeiros passos, no pós-vingte e cinco abril, até à sua maioridade oficial, em março de mil novecentos e setenta e oito.

Sabendo, por experiência vivida, que a história do SPM se iniciara logo após o 25 de abril de mil novecentos e setenta e quatro, consultámos todas as edições do Jornal da Madeira e do Diário de Notícias da Madeira, a partir dessa data, em busca de publicações na imprensa do então nascente Sindicato dos Professores da Madeira que testemunhassem o seu aparecimento e progressivo crescimento. Registámos esses momentos e organizámo-los em três grandes etapas: passos iniciais da construção do Sindicato dos Professores; empenho e determinação da comissão pró-sindical e da comissão executiva na defesa da classe docente e na luta pelos seus direitos; criação dos Estatutos.

Estávamos em 1974. As nossas vidas decorriam com a normalidade que a ditadura salazarista permitia, mas eis que chega abril e um mundo de mudanças implode à nossa volta. Os mais conscientes há muito que

esperavam por este dia. Outros, a grande maioria, só agora tomavam consciência da situação em que viviam, da pobreza, da falta de liberdade, do obscurantismo em que estava mergulhado o país. A que distância estava Portugal do resto do mundo! Mas abril trazia a Revolução e transformaria para sempre as vidas de todos os portugueses. Um novo regime político nascia, pleno de esperança. A guerra colonial, aquele monstro que absorvia todos os jovens em idade militar, já não fazia sentido. Jamais seria preciso lutar por esse Portugal além-mar ou pagar com a vida a manutenção do Império. Restituía-se a liberdade cívica a todos os cidadãos, terminava a censura. E, de todos os quadrantes da sociedade, surgiam manifestações de agradecimento pela liberdade restaurada. Os escritores, grandes vítimas do lápis azul, aqueles que tinham de superar-se na criatividade de modo a escaparem aos cortes da censura, foram dos primeiros a mostrar o seu agradecimento pela liberdade conquistada. Os professores, e muitos outros profissionais, também o fizeram.

Abril era a Revolução dos Cravos, a alegria da mudança, a esperança. Um mundo novo se abria diante de todos. Liberdades, Direitos, Partidos Políticos, Reivindicações eram palavras que todos bebiam com sofreguidão. O jornal comunista Avante saía da clandestinidade de muitos anos. E, neste fervilhar de emoções, os diferentes grupos profissionais partem para a defesa da sua classe reivindicando melhores condições de trabalho, melhores salários, melhor futuro. Há comícios, manifestações, sessões de esclarecimento e muitas, muitas reuniões. Os Sindicatos ganham força. Os já constituídos saem das amarras em que se encontravam, e reestruturam-se. Os que não existiam têm agora liberdade para nascer. O primeiro comício sindical acontece no Jardim Municipal, com a presença de milhares de pessoas. Os cartazes e as palavras que exibem são gritos de trabalhadores agrilhoados durante longos anos. Agora podem manifestar-se, podem exigir novos rumos na atividade profissional, direitos e liberdades sonegados durante muitos anos.

Passos iniciais da construção do sindicato dos professores

Fruto do dinamismo e da entrega à classe de um grupo de professores progressistas do primeiro ciclo do ensino básico (então denominado Ensino Primário), que há muito sonhava com a mudança da Escola e com a valorização da classe docente, onde alguns faziam da profissão uma autêntica missão, dão-se os primeiros passos para a constituição do Sindicato dos Professores da Madeira.

No dia doze de maio do ano de mil novecentos e setenta e quatro, surgia na Imprensa madeirense um primeiro convite aos professores do Ensino Primário (dia em que, curiosamente, acontecia a entrada solene do novo bispo, D. Francisco Santana, na diocese do Funchal) com o objetivo de estudar «assuntos de interesse para a classe». Esta primeira «Reunião dos Professores Primários do Distrito Escolar do Funchal» aconteceria no dia dezanove de maio desse mês, à tarde (um domingo), no Ateneu Comercial do Funchal. Conforme informação posterior do *Jornal da Madeira*, nela teriam estado presentes cerca de trezentos professores que votaram a comissão ad hoc pró-sindical composta por cinco elementos representativos da classe. Numa terceira reunião plenária, a um de junho desse ano, já se procedia ao debate das «propostas reivindicativas da classe».

Estava lançada a semente da ação sindical no Ensino Primário. Mas era necessário alargá-la aos outros níveis de ensino.

Os Professores Provisórios e Eventuais dos ensinos Preparatório, Liceal, Técnico e da Telescola, que eram muitos na época, também se reuniam. Uma assembleia convocada para o dia dezanove de maio seria, depois, adiada para o dia seguinte por falta de quórum, com o aviso de que, desta vez, as decisões seriam tomadas pela maioria dos presentes e que os ausentes contariam como abstenções para efeitos de votação. Mas nova reunião aconteceria no dia vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca do Liceu Nacional do Funchal, para «apreciação e votação de propostas de reivindicação imediata» e «discussão e votação do regulamento das futuras assembleias da classe».

O processo de eleição dos Delegados Concelhios dos professores de todos os graus de ensino foi outra das etapas da constituição deste Sindicato. Num comunicado datado de vinte e seis de junho do ano setenta e quatro, publicado no JM no dia seguinte, e dirigido aos professores do Ensino Primário, o professor Jorge Baltazar da Silva, em nome da Comissão Pró-Sindical, salientava a primordial importância dos Delegados Concelhios pois seriam eles os dinamizadores da classe nos vários concelhos, promovendo a discussão dos diferentes problemas inerentes ao exercício das suas funções. Anunciava, depois, a efetivação de reuniões em todos os concelhos para a eleição destes Delegados, juntando, primeiro, a calendarização para os concelhos de Santana e S. Vicente, e, depois, para os outros concelhos. *Jornal da Madeira*, 27-06-74, p.10.

A 27 de junho de setenta e quatro, o *Jornal da Madeira* ainda publicava o «Caderno Reivindicativo dos Professores do Ensino Primário do Distrito do Funchal» que incluía os seguintes itens: «Aspetos Pedagógicos»; «Administração»; «Previdência»; Vencimentos e subsídios»; «Regentes Escolares». Assinava a comissão constituída pelos professores Jorge Baltazar da Silva, Maria Teresa Vaz Pinheiro, António Viterbo de Andrade (Antonino), Maria Clarisse Ferreira de Sousa e Nicolau Gregório de Freitas.

Eleitos os delegados-concelhios do Ensino Primário, seguir-se-ia, no início de outubro desse primeiro ano, a primeira assembleia de delegados pró-sindicais dos professores de todos os graus de ensino com o objetivo de estudar «as estruturas da futura comissão diretiva da zona da Madeira». Outra assembleia aconteceria em dezembro. No entanto, nalguns setores de ensino, o processo de eleição estava atrasado e não havia ainda delegados sindicais.

Eleição de Delegados Sindicais Concelhios de Professores do Ensino Primário da Madeira

Com pedido de publicação, recebemos, acerca da Eleição de Delegados Sindicais Concelhios, de Professores do Ensino Primário da Madeira, o seguinte comunicado:

Estando a aproximar-se o período eleitoral para Delegados efectivos do Sindicato do Professorado, cuja composição englobará professores de todos os graus de ensino, a Comissão Pró-Sindical decidiu promover, o mais rápido possível, reuniões em todos os concelhos para a eleição de Delegados sindicais concelhios.

Considera-se de primordial importância a existência destes Delegados, pois serão eles nos respectivos concelhos, que dinamizarão, de forma a que os problemas da classe sejam devida e coerentemente discutidos numa participação total.

Caros colegas: — Parece que chegou a inequívoca hora em que há inteira e urgente necessidade de nos unirmos em ambiente de pura e sã camaradagem, forjando uma representação tão forte como se exige, para que os nossos problemas não continuem na penumbra.

São problemas comuns que, se nós os não estudarmos, ninguém os estudará por nós,

pois somos nós que o vivemos, os compreendemos e melhor do que ninguém os saberemos apresentar.

Está prevista a deslocação da Comissão Pró-Sindical a todos os concelhos, agradecendo desde já a preciosa colaboração dos Senhores Delegados Escolares e a boa compreensão de todos os colegas para que se leve a bom termo a eleição dos Delegados sindicais concelhios.

No próximo sábado, dia 29 de Junho, realizar-se-ão as seguintes reuniões:

1.º — As 10.30 horas, no concelho de Santana.

2.º — As 15.30 horas, na escola da sede do concelho de S. Vicente, com a participação dos professores de S. Vicente e de Porto Moniz.

Oportunamente serão publicadas as datas e horas das reuniões nos restantes concelhos.

Funchal, 26 de Junho de 1974.

Pela'A Comissão Pró-Sindical,

Jorge Baltazar da Silva

Jornal da Madeira,
27.06.74

Os professores da Escola Industrial e Comercial, do Liceu Nacional do Funchal e os do Ensino Particular seriam chamados, novamente, em novembro e dezembro de setenta e quatro, a eleger os seus delegados sindicais e aqueles que participariam em reunião sindical com a comissão da Zona da Grande Lisboa.

A discussão e aprovação do «Caderno Reivindicativo dos Professores do Ensino Primário do Distrito do Funchal» e o estudo das estruturas da futura «Comissão Diretiva da Zona da Madeira» seria objeto de estudo em reuniões subsequentes.

Em meados de novembro de setenta e quatro, uma delegação do Sindicato dos Professores (zona da Grande Lisboa) deslocava-se à Madeira «com a finalidade de informar sobre problemas socioprofissionais e de sindicato». No Ginásio do Liceu do Funchal acontecia um plenário de professores de todos os graus de ensino: *Jornal da Madeira, 15-11-74, última pág.*

Em dezembro do mesmo ano, o Jornal da Madeira anunciava, para o dia dezanove, uma assembleia de delegados sindicais de todos os setores, com o objetivo de «fazer o ponto da situação sindical da Madeira». No entanto, na véspera dessa reunião, num «Comunicado» publicado no mesmo periódico, o Executivo Sindical do Ensino Primário viria manifestar desconhecimento dessa convocatória a nível interno, e considerar desnecessária a presença dos delegados do seu setor visto a classe já se encontrar organizada sindicalmente. E acrescentava que daria conhecimento dos assuntos que o justificassem aos delegados desse setor. Esclarecia ainda que o seu executivo estava a funcionar cabalmente em sede provisória na rua da Carreira, número 157, aguardando a organização dos outros setores para trabalho conjunto e em sede definitiva. O setor do Ensino Primário estava já muito organizado e dinâmico.

No início de janeiro de setenta e cinco (dia oito), os Delegados Sindicais de todos os graus de ensino eram convocados para a eleição daqueles que estariam presentes na Reunião Nacional de doze e treze desse mês. Devido ao atraso e indefinição de alguns setores de ensino, este processo arrastou-se para além do tempo que a comissão sindical previra atempadamente. O setor do Ensino Primário, porém, continuava a trabalhar anunciando, ainda no mês de janeiro, uma nova «Reunião de delegados sindicais de base do concelho do Funchal» com o objetivo de eleger a

JORNAL ESCOLAR

REUNIÃO PLENÁRIA DE PROFESSORES NO FUNCHAL

Deslocando-se à Madeira, na próxima terça-feira, dia 19 uma delegação do Sindicato dos Professores (zona da Grande Lisboa) com a finalidade de informar sobre problemas socio-profissionais e de sindicato, realiza-se um plenário de professores de todos os graus de ensino, pelas 20 e 30 horas desse mesmo dia, no Ginásio do Liceu Nacional do Funchal, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Ampla informação, esclarecimento e debate sobre:

1.1 — Problemas socio-profissionais.

— Gestão democrática (E. P. CPES, ES)

— Saneamento

— Caderno reivindicativo (estatuto do Professor)

— Recondições e colocações

— Reajustamento de letras

— Programas e metodologia (caso particular das novas disciplinas).

1.2 — Problemas sindicais gerais e de organização sindical Docente

— Sindicalismo unitário e plurisindicalismo

— Adesão à Intersindical

— Sindicato único dos Professores (c/ histórico da ex-

tinção do ex-Sindicato dos Professores do Ensino Particular)

— Estatuto do Sindicato

— Estatutos da Assembleia de Delegados e do Delegado

— Quotização.

Jornal da Madeira,
15.11.74

«Comissão Coordenadora do Concelho» e proceder ao estudo do «Projeto do Estatuto da Assembleia de Delegados». Note-se que as reuniões sindicais ocorriam sempre, ou depois do horário de trabalho, normalmente à noite, ou no fim-de-semana, de que é exemplo a supra referida, e os professores acorriam às reuniões em grande número e sem qualquer protesto.

O desagrado de alguns professores por não terem sido ouvidos em matéria de «unicidade sindical», tão propalada a nível nacional, daria lugar no início deste ano de setenta e cinco a um outro «Comunicado» do Sindicato dos Professores da Zona da Madeira, setor do Ensino Primário onde declarava não ter recebido qualquer documentação a tratar desse assunto nem ter sido solicitada a opinião da zona da Madeira sobre a matéria, manifestando-se discordante da tomada de posições de cúpula em assuntos de importância fundamental como este. Concluía, lamentando que a Madeira tivesse sido «mais uma vez esquecida e considerada como se não fizesse parte integrante do País», exprimindo um voto de confiança no MFA a quem competia «velar pela defesa da democracia no País».

O trabalho da Comissão Pró-Sindical prosseguia a passos largos, focando-se sempre nos vários setores de ensino. Em fevereiro de setenta e cinco, os professores sindicalizados do Liceu Nacional do Funchal eram convocados para o debate de vários assuntos: «problemas relacionados com as reconduções e acumulações»; «assuntos tratados na reunião de Delegados realizada em 22 de janeiro na E.I.C.F.»; «ajustamento definitivo da percentagem a descontar para o pagamento das quotas». Por seu turno, o setor do Ensino Primário realizava, no dia catorze desse mês, pelas onze horas, uma reunião de «Delegados Coordenadores Concelhios» para «Esclarecimentos sobre a eleição do Executivo» e «Preparação da Assembleia de Delegados» que aconteceria nesse mesmo dia, à tarde. O Ensino Particular procedia também à «discussão e aprovação da proposta de contrato coletivo de trabalho», tarefa que prosseguiria em reunião posterior. As Regentes Escolares, que tinham frequentado a Escola do Magistério ou o Curso Intensivo, também seriam convocadas para tratar dos assuntos respeitantes à sua carreira profissional.

O mês de março de setenta e cinco traria uma assembleia dos Delegados Executivos de todos os graus de Ensino, em horário noturno, e um «Plenário de Professores do Ensino Primário e da Telescola» para tratar de assuntos referentes ao setor da Telescola e proceder à «eleição do exe-

cutivo do setor do Ensino Primário». Em abril do ano setenta e cinco, os professores do Ensino Particular já reuniam, tendo na agenda o «Estudo e aprovação do Estatuto do Sindicato de Zona» bem como a «situação das regentes escolares».

Em maio de setenta e cinco, no Ensino Particular discutiam-se vários assuntos relativos à orgânica sindical e logística da futura sede e a situação do professor como trabalhador (reajustamento a nível nacional); os professores do Ensino Primário eram também informados, através de um «Comunicado», que a ata do Plenário de 19 de abril e a relação dos professores mais votados nessa primeira reunião haviam sido entregues ao Delegado do Ministério da Educação e Ciência (MEC), no Funchal; os delegados sindicais de base do concelho do Funchal voltavam a reunir-se para «eleição da «comissão coordenadora»; os professores eventuais e provisórios do Liceu do Funchal, da Escola Industrial e Comercial do Funchal e os do CPES realizavam plenário para discussão relativa à «recondução» no ano letivo subsequente com o lema «unidos contra o desemprego».

O problema da quotização sindical e outros de interesse particular para os diversos setores de ensino seriam motivo para diversas reuniões no início do ano de setenta e seis. No setor do Ensino Primário e Telescola, para além da «apresentação de contas», pediam-se sugestões para o problema das quotas, assunto que seria retomado, no início de fevereiro, para «discutir e aprovar a alteração da quota mensal». No final de fevereiro, o Ensino Particular discutia a «quota Sindical» e procedia à «Eleição Definitiva do Executivo» do seu setor. Entretanto, os professores da Escola Preparatória Gonçalves Zarco procediam nesta data à «Eleição dos Delegados Sindicais», e só no final de março teria lugar um Plenário dos professores do Ciclo Preparatório (atual 2º ciclo) para «Eleição do Executivo» e «Discussão sobre a quota sindical». O Ensino Especial também reunia para tratar de «problemas de interesse para o setor».

Empenho e determinação na defesa da classe docente

A comissão pró-sindical assumiu desde o início a defesa dos direitos da classe docente como uma prioridade. E fê-lo com o maior empenho, dando atenção aos pontos que mais preocupavam os professores, informando-os e elucidando-os, permanentemente. O contacto com o Sindicato dos Professores Nacional (SP) era, pois, fundamental para manter toda a classe docente informada.

Num «Comunicado» da «Comissão Coordenadora Provisória Nacional» publicado no Jornal da Madeira, em seis de março do ano setenta e cinco, quando as reivindicações da classe começavam a fazer-se sentir com maior acuidade, o Sindicato dos Professores Nacional manifestava o seu repúdio pela forma como o MEC atuara no «processo do reajustamento de letra do professorado», tentando manipular a classe docente. Defendendo o SP a «proposta da classe como pressuposto essencial à definição de uma política educativa ajustada ao processo de democratização em curso», o MEC, num primeiro momento, fora obrigado a rever a sua posição inicial, aproximando-se significativamente da proposta sindical. No entanto, como persistiam divergências que o SP considerava serem «opções de fundo no campo de uma política da função docente» diferente da seguida pelo «regime fascista», resolveram convocar os professores de todos os graus e ramos de ensino do país para se pronunciarem sobre o assunto. Mas, na véspera dos Plenários, um responsável do MEC viera à

TV «justificar unilateralmente a proposta do seu departamento», tentando «dividir e desmobilizar a classe», «apresentando-lhe um facto consumado inexistente» e comprometendo os corpos dirigentes do Sindicato, como se estes tivessem aceite a proposta do MEC. Por isso, o SP Nacional, fazendo eco da vontade de todos os executivos sindicais, que era a defesa intransigente da posição da classe, vinha afirmar que o processo ainda não estava terminado, subscrevendo o protesto dos professores pela utilização unilateral da TV por parte do MEC, e exigindo que ao SP fosse dada a mesma possibilidade.

Em abril de setenta e cinco, a Comissão Executiva Sindical da Madeira emitia um «Comunicado» alertando para a «ocupação indevida das dependências de algumas escolas e sua transformação em habitação, sem respeito por alunos e professores», prometendo enviar ao MEC todas as denúncias recebidas. Mas outro assunto preocupava os professores do Ensino Primário, a Direção do Distrito Escolar do Funchal estava sem Dirigentes. Este assunto seria motivo de debate em plenário realizado no Auditório da Caixa de Previdência do Funchal.

A vinte e dois de maio, o executivo sindical da Madeira publicava no Jornal da Madeira um «Comunicado» fazendo referência a uma «Carta» que os «Executivos Nacionais», em «Reunião Nacional», de dezoito de maio de setenta e cinco, haviam decidido enviar ao Primeiro-ministro sobre o modo como se desenrolara todo o processo do «reajustamento de letra» dos professores, argumentando que, «apesar de terem desenvolvido intensa atividade durante os cinco dias posteriores à notícia oficial de aprovação em Conselho de Ministros do Reajustamento da Letra dos professores, no sentido de uma total explicitação do conteúdo do Decreto-Lei aprovado», continuavam «a não dispor de dados inequívocos» para uma tomada de posição segura, visto já ter sido aprovada, na generalidade, a proposta do MEC, em Conselho de Ministros restrito, com «reformulação de alguns aspetos respeitantes a disposições complementares e ao texto do preâmbulo» cujo alcance se desconhecia. E concluíam com a listagem das deliberações tomadas pela Reunião de Executivos Nacionais: entrega, ao Primeiro-ministro do Governo Provisório de um documento a reafirmar a justiça da proposta da classe; concentração de professores de todo o País, no dia vinte e três, em Lisboa, Porto e Coimbra, se a decisão do Conselho de Ministros

não fosse conhecida na íntegra até essa data. A comissão executiva da Madeira alertava, depois, o professorado da Zona da Madeira para uma concentração idêntica no Funchal, no mesmo dia, junto ao Palácio do Governador. A Carta enviada ao Primeiro-ministro seria publicada pelo Jornal da Madeira, no dia posterior a este «Comunicado».

No dia marcado para a concentração dos professores, o Executivo da Madeira, através de um «Comunicado», divulgava o telegrama que fora enviado ao Primeiro-ministro, ao Conselho da Revolução e à Sede do Sindicato da Zona da Grande Lisboa, solidarizando-se com a manifestação dos professores do País. Informava ainda que, por falta de tempo em consultar toda a classe, não se realizaria a projetada concentração de professores, nesse dia, no Funchal, pedindo a comparência de todos os setores de ensino no sábado seguinte, dia vinte e quatro, no Ginásio da Escola Industrial e Comercial do Funchal onde o assunto do «reajustamento de letra» seria tratado como assunto prévio. *Jornal da Madeira*, 23 -05-75, p. 8.

A ordem de trabalhos deste Plenário seria, depois, corrigida, através de outro «Comunicado», antecipando a Reunião para uma hora antes, de modo que, numa primeira parte, tivesse lugar o Plenário setorial dos ensinos Preparatório e Secundário, para «discussão da greve votada pelos professores eventuais e provisórios», e numa segunda parte o Plenário dos professores de todos os graus e ramos de ensino, com a ordem de trabalhos prevista anteriormente.

Um outro «Comunicado» publicado no Jornal da Madeira, no dia vinte e sete desse mês de maio do ano de setenta e cinco, chamava a atenção dos professores do «Ensino Primário», do quadro de agregados, para a cópia do projeto de alteração à portaria 17789, de 4.7.960, que se publicava na íntegra nessa edição, e que regularia a colocação desses professores. E informava que o projeto em questão seria submetido à discussão dos mesmos em Plenário a realizar, no dia posterior, pelas 20.30 horas, no Parque Infantil Nosolini, ao Campo D. Carlos.

Em maio de setenta e cinco, os professores do Ensino Particular também discutiam a posição a tomar perante o «pedido de apoio dos professores provisórios», problema a que, devido à sua acuidade, e por carência de tempo para debate em plenário, se associaria, depois, o setor especial e infantil, decidindo, após consulta às bases, apoiar as reivindicações desses professores no respeitante a «Aperfeiçoamento Profissional», «Direito ao

Sindicato dos Professores Zona da Madeira

1.º — O Sindicato dos Professores comunica a todo o Professorado e à População em geral, que enviou nesta data ao Primeiro Ministro, Conselho da Revolução e à Sede do Sindicato da Zona da Grande Lisboa um telegrama nos seguintes termos:

«Professorado Zona Madeira solidariza-se com manifestação professores do País. Pede também resposta rápida à sua justa reivindicação.»

2.º — Por dificuldade de obter informações precisas e rápidas e exiguidade de tempo de informá-las a toda a classe não se realiza amanhã, no Funchal, a projectada concentração de professores.

3.º — O Sindicato pede a comparência do professorado de todos os graus e ramos de ensino no Plenário do próximo sábado, no Ginásio da Escola Industrial, pelas 15.30 horas, onde o assunto do reajustamento de letra será discutido como assunto prévio.

Funchal, 22 de Maio de 1975.

O EXECUTIVO

Jornal da Madeira,
23.05.75

(Publicidade)

SINDICATO DOS PROFESSORES

SECTORES: ESPECIAL,
INFANTIL E PARTICULAR

Dada a acuidade do problema que afecta os professores provisórios e não sendo possível o Sindicato convocar rapidamente um plenário de professores, os sectores acima mencionados, consultadas as bases, decidiram apoiar as reivindicações a seguir indicadas:

—Aperfeiçoamento Profissional

—Direito ao Trabalho

—Pagamento de férias

Sendo a primeira considerada fundamental.

Ângela Maria Quintal
Maria Cecília M. Andrade
Cármem Aguiar

(Publicidade)

Jornal da Madeira,
29.05.75

Trabalho», e «Pagamento de férias», divulgando-o na imprensa através de informação sindical: *Jornal da Madeira*, 29-05-75, p. 10.

No sentido de melhorar o sistema de formação dos seus Monitores, e a pedido do ITE o setor da Telescola do Sindicato divulgava, também, em maio de setenta e cinco, um Inquérito a ser respondido por todos os Monitores deste setor, no sentido de colher sugestões que pudessem contribuir para a elaboração dum plano a ser aplicado a partir do ano letivo 75/76.

Ainda em maio de setenta e cinco, a comissão executiva do futuro Sindicato dos Professores, após reunião extraordinária, anunciava que apenas seriam da sua inteira responsabilidade os «Comunicados» que, versando temas de ordem genérica, estivessem assinados por três elementos do executivo (de setores diferentes), ou que, tratando de problemas de ordem setorial, fossem assinados, pelo menos, por um elemento do respetivo setor, publicando também a «Lista do executivo do Sindicato dos Professores, Zona da Madeira»: *Jornal da Madeira*, 29-05-75, p. 10.

No ano de setenta e cinco, em junho, a comissão sindical convocava os professores que lecionavam a «4ª classe», no ensino oficial e no particular (atual 4º ano de escolaridade) para reunião a decorrer no dia quatro, na «Escola da Carreira». No dia três de julho, pelas 20.30 horas, teria lugar na Escola Industrial e Comercial do Funchal, uma «Assembleia de Delegados Sindicais» de todos os graus de ensino, tendo em vista a preparação do «Congresso Nacional Extraordinário». E, em novembro, uma nova Convocatória dirigida aos professores do «Ensino Primário» em serviço na Telescola apelava a Reunião para «tratar de assunto de interesse para a classe e da máxima urgência».

A parte lúdica e recreativa seria também tida em conta pelo executivo sindical da Madeira, também neste ano de setenta e cinco. Tendo em vista a prática do desporto entre os professores e o convívio entre os mesmos, propunha-se a formação de uma equipa de voleibol para participar em futuras competições.

A um de abril de setenta e seis, a comissão sindical emitia um comunicado dirigido ao setor do Ensino Primário sobre o contacto havido com o Delegado do MEIC na Madeira a propósito da «mudança do início das férias», tendo este prometido, após diálogo com o Ministério da Educação, dar resposta nesse dia através dos órgãos de informação local. Já em meados de abril, um outro comunicado convocava os professores do En-

Lista do executivo do Sindicato dos Professores

ZONA DA MADEIRA

Jovita Gonçalves Rocha e
Adriana Maria Gonçalves —
C. P. E. S.

Antonieta Nascimento Fer-
nandes Silva e Maria Celina
Martins Andrade Marques —
Ensino Particular.

Eduardo José Conrado de
Freitas — Ensino Secundário.

Ana Maria Andrade Ferreira
da Silva e Maria Zita Silva —
Telescola.

Ângela Maria Quintal e Ar-
lete Figueira da Silva Cama-
cho — Ensino Especial.

Ana Paula Abreu e Carmen
Nunes de Aguiar — Ensino In-
fantil.

Manuel Brás de Freitas, Ar-
mando Guilherme Morais, Ma-
ria José Alexandre, Ida Isabel
Vieira de Sousa e Maria Au-
gusta Ribeiro Pereira Teixeira
— Ensino Primário.

Jornal da Madeira,
29.05.75

sino Primário em regime de acumulação para Plenário a realizar dia vinte e um, na Escola da Carreira.

O mês de maio do ano setenta e seis começaria com um «Convite» aos professores de todos os graus de ensino para «concentração» promovida pelos Sindicatos, no Parque de Santa Catarina, de modo a comemorar o 1º de maio, «Dia mundial do trabalhador». Nesse mesmo dia, fazia publicar também na imprensa escrita um «Comunicado à População» sobre a situação dos professores do Ensino Primário que, devido à falta de professores, haviam sido autorizados a exercer funções em regime de acumulação, por despacho de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Administração Escolar, de 7-11-75, e não tinham recebido até essa data qualquer remuneração pelo seu trabalho, ou resposta do Ministério, apesar das diligências do Sindicato e do envio de telegramas previamente acordados em Plenário. Por isso apontavam a data de sete de maio a partir da qual suspenderiam a suas funções, caso não lhes fosse dada resposta satisfatória.

A resposta chegaria breve, na pessoa do Diretor Substituto do Ministério da Educação com a informação de que o projeto decreto-lei sobre acumulação e respetivas gratificações se encontrava em fase adiantada de apreciação final e submissão a Conselho de Ministros. O executivo da Madeira responderia no dia sete de maio com novo telegrama solicitando informação até a data marcada anteriormente sobre quantitativo mensal provável a ser pago aos professores e possível data de promulgação do decreto. A luta pela defesa dos direitos da classe docente não dava tréguas.

No início de junho de setenta e seis, novo «Comunicado» do executivo sindical da Madeira informava os professores sobre a falta de comparência do Ministro de Educação e Investigação Científica a uma reunião marcada com os dirigentes dos Sindicatos dos professores das diversas zonas do País, no dia 28 de maio, com o objetivo de dar resposta aos memorandos enviados ao MEIC na sequência de diversas Reuniões Nacionais. Em sua substituição marcara presença o Sr. Secretário de Estado da Administração Escolar que não dera «respostas concretas e satisfatórias às questões e justas reivindicações da classe». Eram sete as reivindicações para as quais exigiam breve solução: «pagamento de horas extraordinárias e acumulações»; «contagem como tempo de serviço, abrangendo o período de férias, do tempo prestado pelos professores agregados e eventuais ou provisórios, antes da entrada em vigor do decreto-lei 290/75, de 14 de junho»;

«resolução do problema das fases e diuturnidades»; «Reajustamento das pensões de reforma dos professores, atualizando-as»; «Promulgação de uma lei sindical para a função pública»; «Nova regulamentação para a colocação de professores agregados do ensino primário e para os concursos de professores efetivos do ensino secundário»; «Garantia de trabalho aos professores eventuais». O «Comunicado» terminava com o anúncio de nova concentração de Professores junto ao Ministério, em Lisboa, caso o MEIC não desse, ao dia 9 de junho, «cabal satisfação» às reivindicações apresentadas.

Os delegados de todos os graus de ensino seriam convocados, dias depois (Junho de 76), para uma Reunião na sala de sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal, de cuja ordem de trabalhos constava, num primeiro ponto, «Informações respeitantes às reivindicações apresentadas ao MEIC», para além de continuar a reflexão sobre os estatutos do sindicato.

Em finais de junho e princípio de julho de setenta e seis, os professores do Ensino Infantil realizavam Plenários para discutir «assuntos de interesse para o setor», avisando em convocatória que seriam tomadas resoluções qualquer que fosse o número de sócios presentes. Entretanto, os professores do Liceu Nacional do Funchal (sindicalizados ou não) e os da Escola Industrial e Comercial do Funchal também seriam convocados para uma Reunião que tinha como objetivo analisar a situação sindical dos professores nessas escolas e receberem informações sobre as «reivindicações apresentadas ao MEIC, para além de também discutirem os Estatutos: *Diário de Notícias da Madeira*, 27-06-76, p. 9.

Um «Aviso» dirigido ao setor do Ensino Primário informava que o Executivo do SPM realizaria reuniões em todos os concelhos com a seguinte ordem de trabalhos: «Dinamização da vida sindical concelhia»; «Estatutos do Sindicato»; «Informações sobre as reivindicações apresentadas ao MEIC». E anexava o calendário dessas reuniões: *Diário de Notícias da Madeira*, 27-06-76, p. 9.

Num «Comunicado» publicado no Jornal da Madeira no dia 11 de julho de 1976, o executivo do SPM informava todos os professores que tivera conhecimento, através de «informação telefónica prestada pela Zona da Grande Lisboa», de que o MEIC entregara uma cópia da resolução tomada em Conselho de Ministros sobre a concessão de fases e diuturnida-

(Descanso da orquestra)

SINDICATO DOS PROFESSORES

ZONA DA MADEIRA

Convocatória aos professores do Ensino Primário

O Executivo do Sindicato vai realizar reuniões em todos os Concelhos da Madeira, para os Professores do Ensino Primário sindicalizados, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Dinamização da vida Sindical Concelhia;
- 2.º — Estatutos do Sindicato;
- 3.º — Informação sobre as reivindicações apresentadas ao M. E. I. C.

CALENDRÁRIO DAS REUNIÕES:

- 1 de Julho, às 16 h. — Concelho de Santana na escola da Sede do Concelho;
- 2 de Julho, às 16h. — Concelhos de S. Vicente e Porto do Moniz, na cantina da escola do Poiso S. Vicente;
- 5 de Julho, às 14h. — Concelho da Ribeira Brava na cantina da escola da Sede do Concelho;
- 5 de Julho, às 17h. — Concelho da Ponta do Sol na escola da Sede do Concelho;
- 6 de Julho, às 17h. — Concelhos de Câmara de Lobos e Santa Cruz na sala de sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal;
- 7 de Julho, às 16h. — Concelho da Calheta na Escola da Estrela;
- 8 de Julho, às 14h. — Concelho de Machico na Escola da Sede — Machico;
- 8 de Julho, às 18h. — Concelho do Funchal na sala de sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal;
- 9 de Julho, à hora a determinar Concelho do Porto Santo, na escola da Sede.

Funchal, 26 de Junho de 1976

R200 O EXECUTIVO

A DIRECÇÃO R198

SINDICATO DOS PROFESSORES

ZONA DA MADEIRA

Convocatória aos professores do Liceu Nacional do Funchal

O Executivo Geral deste Sindicato convoca todos os Professores do Liceu, sindicalizados ou não, para uma reunião a realizar no próximo dia 29 pelas 17 horas, no Ginásio desse Liceu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Situação sindical dos professores do Liceu;
- 2.º — Estatutos;
- 3.º — Informações sobre as reivindicações apresentadas ao M. E. I. C.

Funchal 27 de Junho de 1976

R199 O EXECUTIVO

de Santana na escola da Sede do Concelho;

2 de Julho, às 16h. — Concelhos de S. Vicente e Porto do Moniz, na cantina da escola do Poiso S. Vicente;

5 de Julho, às 14h. — Concelho da Ribeira Brava na cantina da escola da Sede do Concelho;

5 de Julho, às 17h. — Concelho da Ponta do Sol na escola da Sede do Concelho;

6 de Julho, às 17h. — Concelhos de Câmara de Lobos e Santa Cruz na sala de sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal;

7 de Julho, às 16h. — Concelho da Calheta na Escola da Estrela;

8 de Julho, às 14h. — Concelho de Machico na Escola da Sede — Machico;

8 de Julho, às 18h. — Concelho do Funchal na sala de sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal;

9 de Julho, à hora a determinar Concelho do Porto Santo, na escola da Sede.

Funchal, 26 de Junho de 1976

R200 O EXECUTIVO

Diário de Notícias da Madeira,
27.06.76

des ao pessoal docente». E esclarecia-se que os professores teriam direito, «cumulativamente, a fases e a diuturnidades, ficando todavia suspensa a concessão de novas fases e o pagamento de diuturnidades, até que aquelas fases» fossem «regulamentadas», não sendo os professores prejudicados com este atraso pois receberiam os retroativos a partir de abril desse ano. Informava-se, ainda, que seria convocado um Plenário para discussão do assunto logo que chegasse ao Sindicato o «projeto de regulamentação de fases».

Em meados de julho de setenta e seis, os professores do Ensino Primário em exercício na Telescola eram convocados para Reunião, a fim de tratar «assuntos de grande interesse para a classe». Este mês terminaria com novo «Comunicado» do Executivo Sindical da Zona da Madeira, sobre o teor do telegrama enviado, em 31 de julho, ao «Sr. Ministro da Educação».

O mês de outubro do ano de setenta e seis traria nova «Convocatória» dirigida aos professores de todos os graus de ensino, com ou sem habilitação própria, para um Plenário, a realizar no Auditório da Caixa de Previdência (dia quatro, às 15 horas). A discussão centrar-se-ia no problema das «Colocações», mas também seriam dadas «Informações Gerais». Duas convocatórias surgiriam ainda neste mês, a primeira endereçada aos professores do Ensino Secundário e a segunda ao Ensino Secundário e CPES. No primeiro caso, o objetivo era a «Ratificação ou Eleição do Executivo Provisório do Sector Secundário do Sindicato dos Professores» e «Outros assuntos de interesse para o Sector (Resposta da Secretaria Regional da Educação)», em Reunião a ter lugar no dia dezanove desse mês, na Escola Industrial e Comercial do Funchal. A outra reunião destinava-se aos «professores não profissionalizados do Ensino Secundário, CPES e Telescola» e a ordem de trabalhos centrava-se na «Discussão e aprovação da proposta de profissionalização dos professores sem habilitação própria, elaborada por uma comissão de trabalhos eleita no Plenário anterior»: *Jornal da Madeira*, 20-10-76, p.9.

Esta «discussão» prolongar-se-ia durante mais quatro sessões.

Em finais de janeiro de setenta e sete, o setor do Ensino Infantil realizava um «Plenário», na sede do Sindicato, com a seguinte ordem de trabalhos: «Curso de Reciclagem das Educadoras de Infância e Equiparação de diplomas legais particulares aos oficiais»; «Promoção dos Auxiliares de Educação»; «Estruturação do Curso dos Ajudantes do Ensino Infantil»,

Publicidade

Sindicato dos Professores da Zona da Madeira Sectores: Ensino Secundário e CPES

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os professores não profissionalizados do Ensino Secundário, CPES e Telescola, para uma reunião a realizar no dia 21 do corrente, pelas 15 horas, na sala de sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1—Discussão e aprovação da proposta de profissionalização dos professores sem habilitação própria, elaborada por uma comissão de trabalho eleita no último plenário.
- 2—Outros assuntos de interesse.

Funchal, 18 de Outubro de
1976 O Executivo

Jornal da Madeira
20.10.76

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS PROFESSORES

ZONA DA MADEIRA

Convocam-se todos os professores sem habilitação própria dos Sectores Secundário, CPES e Telescola, para uma reunião a efectuar 4.ª-feira, dia 20 de Julho, pelas 20 horas, na sala das sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Discussão e votação duma proposta de complemento de habilitações dos professores sem habilitação própria.

NOTA — A esta reunião podem assistir professores com ou sem habilitação própria, sindicalizados ou não, dos sectores acima referidos.

S179

O EXECUTIVO

Diário de Notícias da Madeira,
19.07.77

assuntos que ocupariam estes agentes de educação em mais duas sessões. Em maio deste ano, voltariam a reunir para tratar de «assuntos de interesse para o setor».

Um caso de agressão de uma professora do Ensino Primário, na escola da Sé, por duas encarregadas de educação, na presença do Inspetor-Orientador da Região, desencadearia uma resposta, por parte do executivo sindical em exercício, em fevereiro de setenta e sete. Num «Comunicado» publicado na imprensa regional, manifestava o seu «veemente protesto» perante esse «repugnante» ato que desprestigiava a classe docente, o Ensino e as Autoridades Escolares. E exigia a punição das «mães agressoras».

Em abril de setenta e sete, outro «Comunicado» publicado no Jornal da Madeira, informava sobre «anomalias verificadas na colocação de professores do Ensino Primário» que haviam requerido, em novembro do ano anterior, o preenchimento de vagas existentes na Escola Preparatória Bartolomeu Perestrelo, e não tinham obtido até essa data qualquer resposta. O assunto seria retomado depois, em maio, dando o executivo sindical conhecimento da resolução do diferendo que opunha oito professores do Ensino Primário à comissão de gestão da Escola Preparatória de Bartolomeu Perestrelo, em «Comunicado» publicado no Jornal da Madeira no dia dezanove desse mês.

Com o objetivo de informar os educadores do Setor Infantil sobre o «Grande Encontro de Professores da Figueira da Foz, realizava-se um Plenário no dia dezoito de maio, na sede do sindicato, dirigido a este setor de ensino.

No dia treze de julho de setenta e sete, o executivo sindical fazia publicar no Jornal da Madeira um «Aviso» aos professores do quadro de agregados, solicitando a consulta urgente do Decreto-Lei nº 265/7, de 1 de julho, o qual alterava «toda a legislação respeitante à colocação de docentes ainda não providos no quadro geral».

Não tendo decorrido até meados de outubro desse ano de setenta e sete a abertura das aulas no ensino secundário e no CPES, os professores destes setores, reunidos em assembleia, haviam deliberado emitir um «Comunicado», publicado no dia quinze no Diário de Notícias, onde esclareciam a situação, pretendendo deste modo «evitar possíveis manipulações da opinião pública», a «atribuição de responsabilidades aos professores» e «responder às interrogações dos pais». Deste modo, o executivo sindical

em exercício dava voz ao descontentamento dos professores do Ensino Secundário e CPES face à inoperância dos serviços da Secretaria Regional de Educação e Cultura após irregularidades detetadas nas colocações desses docentes, o que deixava perplexos pais, encarregados de educação e professores pelo atraso na abertura do ano letivo.

Com o título «Comunicado do Sindicato dos Professores», o Jornal da Madeira publicava no dia vinte e cinco de outubro de setenta e sete, um suposto comunicado do SPM, não assinado, que expressava o descontentamento dos professores sem habilitação própria em relação ao modo como as «Colocações» destes professores estavam a ser feitas, não só pela demora na publicação da 2ª lista graduada mas também por esta conter irregularidades, não sendo respeitado o Decreto que regulamentava estas colocações, levando a que muitos se sentissem na necessidade de pedir esclarecimentos ou apresentar reclamações à «Comissão de Colocações», denunciando a «incompetência dos Serviços da Secretaria Regional da Educação e Cultura, tanto no desempenho das funções que lhe são inerentes, como no apuramento das responsabilidades destas anomalias».

A aquisição de habilitação própria por parte dos professores do ensino secundário e do CPES e da Telescola, que ainda não a possuíam, mereceriam toda a atenção da comissão executiva do futuro Sindicato. No dia vinte de julho de setenta e sete, o executivo sindical colocava à discussão e votação de todos os professores, sindicalizados, ou não, uma proposta de «complemento de habilitação dos professores sem habilitação própria»: *Diário de Notícias da Madeira, 19-07-77, p.2.*

Este assunto subiria a discussão novamente, em outubro desse ano, como é possível constatar pela ordem de trabalhos de convocatória para uma reunião a realizar-se no dia doze, pelas dezoito horas, na sala de sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal: «Colocações»; «Outros assuntos (aquisição de habilitação própria, estágios)». Dias depois, pedia-se mesmo a comparência na sede do Sindicato, à rua da Conceição, dos professores do Ensino Secundário, CPES e Telescola, que não possuíam habilitação própria mas estavam interessados em adquiri-la, no sentido de preencherem documento necessário ao andamento desse processo (note-se que no dia trinta desse mês de outubro, o executivo sindical ainda emitia um «Aviso» aos professores sem habilitação própria para a urgência no preenchimento de uma «Ficha» na sede do Sindicato).

No final de outubro de setenta e sete (dia vinte e cinco), os professores sem habilitação própria seriam convocados para uma Reunião na sede do Sindicato, a fim de tratar da «Ida a Lisboa de um representante dos professores sem habilitação própria, para contactos com o MEIC – resolução de dificuldades surgidas». O processo continuava. No início de novembro (dia oito), estes professores seriam informados, em reunião na sede do futuro SPM, das diligências do seu representante junto do MEIC, em Lisboa, e dos resultados obtidos que terão passado pela necessidade de inscrição na Universidade. Isto porque, dias depois (dia doze) eram convocados os professores sem habilitação própria, inscritos na Universidade nesse ano letivo, ou que tencionavam inscrever-se, para estudo de propostas, a entregar na «Secretaria Regional de Educação e Cultura», «sobre os apoios de que necessitam durante o ano letivo de modo a prepararem-se para os exames nacionais» que teriam de realizar. E, em janeiro de setenta e oito (dia sete), os professores sem habilitação própria, dos setores Secundário, CPES e Telescola, voltavam a reunir-se para «Análise do problema da aquisição de habilitação própria por todos os professores interessados». Nesta reunião poderiam participar mesmo os professores não sindicalizados.

Em meados de janeiro de setenta e oito, os docentes do Ensino Primário (sindicalizados ou não) eram convocados para um Plenário a realizar no dia catorze, pelas 15.30, no Auditório da Caixa de Previdência do Funchal, cuja discussão se centraria em dois pontos cruciais: o serviço de inspeção nas escolas do Ensino Primário e informações sobre a atividade sindical. No dia vinte e um de janeiro deste ano, na sala de sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal, os professores dos setores Ensino Secundário, CPES e Telescola, sindicalizados ou não, seriam ainda informados da resposta da Secretaria Regional da Educação a alguns problemas apresentados pelo Sindicato, seguindo-se a análise da situação sindical e dos problemas que no momento afetavam todos os professores de todos graus de ensino.

A criação dos estatutos do sindicato

Os Estatutos do Sindicato, pedra basilar da sua formação e afirmação, mereceram, de todos os setores e graus de ensino, um dedicado e profundo estudo. Cedo, o SPM abordaria este assunto, procedendo-se já em abril de setenta e cinco, à discussão do «Anteprojecto dos Estatutos», no Ensino Particular. E, em finais de maio, realizou-se um Plenário com professores de todos os graus e ramos de ensino. O objetivo era, em primeiro lugar, prestar esclarecimentos sobre o «Anteprojecto de Estatutos e Estrutura Sindicais», passando por uma «exposição introdutória, análise crítica e resposta a dúvidas»; proceder a um «Referendum de algumas questões de fundo: Sindicato Nacional ou Federação de Sindicatos Regionais». Terminaria com a «Apresentação, discussão e votação de sugestões e propostas de emenda ou alternativas (parciais ou globais) ao 'Anteprojecto'». Note-se que estes trabalhos foram orientados pelos professores Maria Natália Pais e António Gorjão, a convite da comissão executiva. A escolha entre «Zona Sindical da Madeira» ou «Sindicato Regional da Madeira» seria tema de nova reunião para os professores do Ensino Primário.

Os professores do Ensino Primário, mesmo os não sindicalizados, seriam, depois, convidados a um estudo mais específico dos «Estatutos», em meados de novembro do mesmo ano de setenta e cinco, trabalho que continuariam em mais duas sessões nesse mês, e, depois, em dezembro, apenas com os professores que exerciam funções na Telescola. Mas ques-

tões prementes monopolizavam a vida dos professores e do seu Sindicato em formação, adiando a discussão e aprovação dos seus «Estatutos».

Um «Comunicado», dirigido aos professores sindicalizados de todos os graus de ensino, publicado no dia um de maio de setenta e seis, pelo Jornal da Madeira, dava conta das deliberações tomadas pelo Executivo, na sua última reunião, relativamente aos «Estatutos do Sindicato». *Jornal da Madeira*, 1-05-76, p. 7.

Em junho de setenta e seis, os professores do Liceu Nacional do Funchal eram convocados para uma reunião a realizar-se no dia vinte e nove, no Ginásio, onde, para além de uma abordagem sobre a «Situação sindical dos professores do Liceu» e «Informações sobre as Reivindicações apresentadas ao MEIC», se incluía o ponto «Estatutos». Por outro lado, o executivo do setor do «Ensino Primário» informava que realizaria reuniões, também nessa data (dias 29 e 30 de junho), em todos os concelhos, onde, para além de abordar a «Dinamização da vida sindical concelhia» e prestar «Informações sobre as reivindicações apresentadas ao M.E.I.C., dedicaria algum tempo ao ponto «Estatutos do Sindicato».

Em meados de janeiro de setenta e sete, os professores do Ensino Secundário e CPES ainda discutiam os «Estatutos» no seu setor. No entanto, a vinte e um e vinte e três de fevereiro desse ano realizavam-se já «Plenários» com os professores sindicalizados de todos os graus de ensino para «Discussão e aprovação dos Estatutos do Sindicato (Zona da Madeira)». *Diário de Notícias da Madeira*, 17-02-77, p.8.

Outros Plenários se seguiriam, a seis e treze de março, a oito, vinte e dois e vinte e nove de maio, mas também em junho (dias 19 e 25) dessa ano de setenta e sete, reuniões que, pela quantidade de assuntos e de intervenções, passariam, desde logo, a ter a duração prevista de quatro horas (14.30-18.30). O Pavilhão Gimnodesportivo do Funchal, a sala de sessões da Escola Industrial e Comercial do Funchal e o Auditório da Caixa de Previdência do Funchal foram os palcos onde se desenrolaram acesos debates sobre a reforma da Educação. A classe docente, maioritariamente do Ensino Primário, participou ativamente. Na realidade, o tempo era de mudança, novos horizontes se abriam para a educação, setor a que os governantes não haviam dado a devida atenção.

O ano de setenta e oito traria o estabelecimento formal do Sindicato dos Professores da Madeira. Seria no dia doze de março, pelas quinze ho-

Sindicato dos Professores COMUNICADO

ZONA DA MADEIRA

Avisam-se os professores de todos os graus de ensino, nomeadamente Ensino Médio, Secundário, Preparatório, Telescola, Primário, Especial, Infantil e Particular, que o Executivo do Sindicato deliberou na sua última reunião o seguinte:

1.º — Proceder à elaboração do projecto de Estatuto do Sindicato, a fim de que o mesmo venha a ter um estatuto oficializado pelo qual se irá reger futuramente.

2.º — Receber propostas de projectos de Estatutos subscritos por um mínimo de dez professores, os quais deverão dar entrada na sede do Sindicato até 15 de Maio próximo.

3.º — Que o projecto final do Estatuto do Sindicato seja aprovado em plenário geral de professores, devidamente sindicalizados.

Nota — Chama-se a atenção de todos os professores para a conveniência de regularizarem a sua situação Sindical, a qual deverá ser efectuada na Secretaria do Sindicato, à Rua da Conceição n.º 93, das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 17.30 horas, excepto aos sábados em que só funciona no período da manhã.

Pe'l'O EXECUTIVO

Maria José Alexandre

Jornal da Madeira,
01.05.76

ras, no Auditório da Caixa de Previdência do Distrito do Funchal, que teria lugar a assembleia da sua aprovação, com um «Ponto Único - Constituição do Sindicato dos Professores da Zona da Madeira». O processo ficaria concluído uma hora depois com a «Ratificação dos Estatutos». Note-se que as convocatórias para este momento começaram a publicar-se nos periódicos locais no dia vinte e quatro de fevereiro e seguiram-se durante vários dias, inclusive no próprio dia da formalização deste acontecimento. Estava concluído todo o processo de constituição do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM). *Jornal da Madeira*, 26-02-78, p. 7.

(há aqui um lapso no registo na data, que é «fevereiro» e não «março», como se pode concluir pela segunda convocatória do Sindicato para o mesmo dia). *Jornal da Madeira*, 26-02-78, p. 7.

Foi uma ação deveras grandiosa esta da comissão executiva que lançou as bases do SPM que hoje temos. Um trabalho de grande dedicação e entrega, uma entrega que não olhava a tempo nem a horas, uma força de acreditar que foi decisiva, que conquistou direitos para a classe docente e melhor qualidade na educação. Não podemos esquecer os docentes que o fizeram. Jorge Baltazar da Silva, Maria Teresa Vaz Pinheiro, António Viterbo de Andrade, Maria Clarisse Ferreira de Sousa, Nicolau Gregório de Freitas, a primeira comissão pró-sindical. Depois, já em maio de setenta e cinco, com o executivo sindical completo, os representantes do Ensino Primário foram Maria José Alexandre, Manuel Brás de Freitas, Armando Guilherme Morais e Ida Isabel Vieira de Sousa, os incansáveis lutadores e defensores dos direitos de todos os docentes. Mas também os representantes do Ensino Secundário (Eduardo Conrado de Freitas), do CPES (Maria Jovita Gonçalves Rocha e Adriana Maria Gonçalves), do Ensino Infantil (Ana Paula Abreu e Cármen Nunes de Aguiar), do Ensino Especial (Ana Maria Ferreira da Silva e Maria Zita Silva) e do Ensino Particular (Antonieta Fernandes Silva e Maria Celina Martins Andrade Marques) merecem ser destacados pelo seu trabalho em defesa do setor de ensino a que pertenciam. Todos marcaram com a sua ação a história deste Sindicato dos Professores da Madeira (SPM)

A força que o SPM tem vindo a assumir ao longo dos tempos em prol da educação e dos seus agentes, docentes e discentes, nasceu aqui. Bem hajam!

SINDICATO DOS PROFESSORES ZONA DA MADEIRA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os professores sindicalizados, de todos os graus de Ensino, para os plenários que vão realizar-se nos dias 21 e 23 do corrente mês, pelas 14,30 horas, no Pavilhão Gimnodesportivo do Funchal, a fim de se proceder à discussão e aprovação dos Estatutos do Sindicato (Zona da Madeira).

Dada a importância do Plenário pede-se a comparecência de todos os professores, devendo vir munidos de um exemplar dos Estatutos e respectivas alterações.

Informam-se os professores de que a admissão ao Plenário só é permitida àqueles que apresentarem o cartão de sindicalizado.

Funchal, 16 de Fevereiro de 1977.

O EXECUTIVO

Diário de Notícias
17.02.77

Jornal da Madeira,
26.02.78

(Publicidade)

Sindicato dos Professores ZONA DA MADEIRA

Convocatória

Convocam-se todos os professores dos diversos graus de ensino da Região da Madeira para uma assembleia a realizar no Auditório da Caixa de Previdência do Distrito do Funchal, no próximo dia 12 de Março, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único — Constituição do Sindicato dos Professores da Zona da Madeira.

Nota: Esta reunião só poderá realizar-se se a ela comparecer um mínimo de 10% do total dos professores.

Funchal, 23 de Março de 1978

O Executivo

(Publicidade)

Sindicato dos Professores

ZONA DA MADEIRA

Convocatória

Convocam-se todos os professores dos diversos graus de ensino da Região da Madeira para uma assembleia a realizar no Auditório da Caixa de Previdência do Distrito do Funchal, no próximo dia 12 de Março, pelas 16 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único — Ratificação dos Estatutos do Sindicato dos Professores da Zona da Madeira.

Funchal, 23 de Fevereiro de 1978.

O Executivo

Fontes de pesquisa:

MADEIRA, Arquivo Regional, Jornal da Madeira, 1974 (abril a dezembro);

Idem, Jornal da Madeira, 1975 (janeiro a dezembro);

Idem, Jornal da Madeira, 1976 (janeiro a dezembro);

Idem, Jornal da Madeira, 1977 (janeiro a dezembro);

Idem, Jornal da Madeira, 1978 (janeiro a março).

MADEIRA, Arquivo Regional, Diário de Notícias, 1974 (abril a dezembro);

Idem, Diário de Notícias da Madeira, 1975 (janeiro a dezembro);

Idem, Diário de Notícias da Madeira, 1976 (janeiro a dezembro);

Idem, Diário de Notícias da Madeira, 1977 (janeiro a dezembro);

Idem, Diário de Notícias da Madeira, 1978 (janeiro a março).

- 263 Fernando Luis Pereira Trindade
 264 José Rodrigues Jardim
 265 Henrique de Jesus Teixeira de Sousa
 266 Maria Vanda Vieira de Jesus
 267 Glória do Carmo da Silva de Costa
 268 Maria Fernanda Medeiros Gaspar
 269 José Manuel Ferreira Rosa Fernandes
 270 Maria da Graça Silva Santos
 271 Georgina da Paixão Cabral de Freitas
 272 João Luís Olival da Silva
 273 Rui Anacleto Mendes Alves
 274 João Luís Azinheira Abreu dos Santos
 275 Sílvia Apolinário de Figueira de Lima
 276 Miguel Roberto Fernandes
 277 João José Rui Amaral
 278 Maria Luisa Moriz de Abreu Vieira
 279 Tatiana Maria de Jesus Freitas
 280 Teresa Maria Figueira Santos Pinto

Termo de encerramento

Contêm estas folhas as assinaturas de presença à sessão da Assembleia Constituinte do Sindicato dos Professores - Zona da Madeira, todas elas numeradas seguidamente de um até sete e rubricadas por mim, Presidente da Mesa da Assembleia.